

POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O PROJETO “PARCEIRO DA ESCOLA”.

Sarah Gabriela Valério do Prado (PIC/UEM), Jani Alves da Silva Moreira (Orientadora). E-mail: jasmoreira@uem.br, Marina Silveira Bonacazata Santos (Coorientadora)

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Maringá, PR.

Área 70800006 – Educação. Subárea do conhecimento: 70803005 - Planejamento e Avaliação Educacional – Políticas Educacionais

Palavras-chave: Relação público-privada; Gestão escolar; Políticas educacionais;

RESUMO

A presente pesquisa de iniciação científica teve como objetivo analisar as políticas de gestão escolar presentes no projeto “Parceiro da Escola”, proposto pelo edital de credenciamento nº 02/2022 do governo do Paraná. O recorte espacial se refere à análise da efetivação desta política em 2023, especificamente o caso do Colégio Estadual Anita Canet. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico bibliográfico e análise documental, baseada no materialismo histórico dialético. Partimos da compreensão da realidade histórica-concreta e das mudanças configuradas no campo político-social e econômico, a fim de analisar as particularidades que determinam as reformas educacionais, a partir da intensificação da relação público-privada na educação brasileira, sobretudo com a reforma empresarial da Educação Básica pública. Nos pautamos na seguinte questão balizadora: Quais as diretrizes políticas do projeto “Parceiro da Escola” proposto pelo edital de credenciamento nº 02/2022 para a gestão escolar e o financiamento público do estado do Paraná? A pesquisa está inserida no projeto docente intitulado “Políticas educacionais e a plataformização na educação básica”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq).

INTRODUÇÃO

A “Política de Gestão Escolar no Brasil” é um conceito que necessita ser amplamente discutido no campo acadêmico das políticas educacionais, que abrangem as temáticas da gestão educacional, formação de professores,

financiamento educacional e a relação público-privada que é estabelecida na educação brasileira principalmente a partir de 1990, onde segundo Antunes (2018), o capital entra em falência, o que desencadeia uma necessidade de respostas imediatas além de rápida modernização e caracteriza-se na tentativa de, cada vez mais, conseguir transferências de financiamentos, serviços de responsabilidade estatal ao setor privado, que se desenvolve por meio do dinheiro público e desta maneira, assume a responsabilidade da gestão como protagonista de todo o contexto social e educacional que uma unidade escolar ocupa.

Essas parcerias, mediante contratos firmados, tendem a se efetivar por meio da atuação do chamado Terceiro Setor, que engloba Organizações Não Governamentais, Organizações Sociais e instituições sem fins lucrativos (Santos; Moreira, 2018), entretanto não se pode deixar de considerar o fato de que essas instituições estão ancoradas em princípio neoliberais e as práticas mercadológicas da atualidade e que prezam pela geração do lucro.

Diante do exposto, a pesquisa teve por objetivo analisar as políticas de gestão escolar a partir da compreensão sobre a relação do público e do privado. Em específico a análise das políticas de gestão escolar presentes no projeto “Parceiro da Escola” proposto pelo edital de credenciamento nº 02/2022 (Paraná Educação, 2022) do governo do Paraná, com o foco especificamente no Colégio Estadual Anita Canet.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico bibliográfico, ancorada no materialismo histórico-dialético, que se baseia no conhecimento dos fenômenos do mundo por meio do movimento (dialética), isto é, do conhecimento abstrato para o concreto, visto que “a atividade científica é a reprodução ideal (da ordem do pensamento) dos objetos e fenômenos da realidade em seu movimento real” (Marx; Engels, 2007) e tal movimento advém da síntese de múltiplas determinações e relações humanas.

Diante deste fato, a pesquisa pretendeu apresentar uma análise documental e da identificação das diretrizes políticas contidas no projeto, tendo como base o estudo do edital 02/2022 (Paraná Educação, 2022), atrelado a outras fontes documentais e legais que abordam a temática. Refere-se a uma investigação crítica e contextualizada que apresenta a influência das ideias proferidas no atual contexto no que se refere às políticas de gestão escolar no Paraná. Tal mediação analítica considera que as políticas educacionais têm como base as mudanças concretizadas a partir da realidade histórica-concreta, portanto, parte-se da totalidade histórica, para em seguida, compreender as implicações e a influência do edital 02/2022 (Paraná Educação, 2022) para a gestão escolar do estado do Paraná, no que concerne à relação entre o público e o privado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito ao histórico mundial da configuração de um cenário geopolítico de gestão administrativa no Brasil, foi possível percebermos que devemos considerar que as mesmas são propostas alinhadas a uma política capitalista, que utiliza da gestão como aparelho ideológico do Estado nas escolas, ou seja, não há permissão para a prática de qualquer autonomia e democracia no sentido pleno, pois caso isso se efetive, o elo estabelecido entre a instituição escolar e o capital é perdido. Essas mesmas percepções neoliberais e mercadológicas refletem nas políticas paranaenses, pois apesar de sabermos que existem as autonomias dos entes federados, o Paraná não deveria apartar-se totalmente das políticas já realizadas em nível nacional como vem fazendo, portanto, diverge do contexto nacional.

Neste bojo que analisamos o projeto “Parceiro da Escola”, proposto pelo Edital 02/2022 (Paraná Educação, 2022), apresentado como um projeto recente e inovador que, na sua implantação como projeto piloto, visava privatizar a gestão escolar de 27 escolas estaduais do Paraná por meio da contratação de empresas que atuarão em toda parte administrativa, ou seja, uniforme, merenda, quadro de pessoal, material didático, entre outras demandas, bem como, toda a infraestrutura da escola. O projeto, em 2022, após passar por discussões na Câmara Legislativa do Paraná, audiência pública e a consulta aos pais, foi aprovado, mesmo com toda resistência por parte de entidades defensoras de professores e comunidade escola, no entanto, apenas duas das 27 escolas aderiram a tal projeto, sendo elas: o Colégio Estadual Anibal Kury, localizado no bairro Uberaba, em Curitiba, e o Colégio Estadual Anita Canet, em São José dos Pinhais, o que desfavoreceu os interesses do governo, cuja a meta era a implementação nas escolas em sua totalidade.

O Projeto concretizou-se em 2023, e essa pesquisa analisou especificamente o Colégio Estadual Anita Canet. Deste modo, a empresa responsável ficou com as obrigações da parte administrativa como já era previsto no Edital 02/2022 (Paraná Educação, 2022), e demais ações, como: garantir a frequência dos estudantes acima de 85% na média mensal, cumprir e fazer com que todos os professores, diretores, equipe pedagógica e alunos cumpram 100% da carga horária escolar, apoiar e supervisionar o diretor pedagógico da instituição de ensino de modo a garantir sua eficiência. Por conseguinte, inúmeras estratégias são usadas na tentativa de cumprir tais metas. Vale ressaltarmos algumas delas, como: premiação para turma com maior frequência escolar, com mais engajamento entre outros.

CONCLUSÕES

Em um contexto de políticas ultraneoliberais e neoconservadoras, o Brasil enfrenta uma perspectiva de gestão gerencial no qual a maior preocupação se dá em sustentar o capitalismo. O mesmo acontece no estado do Paraná, onde as mudanças não superaram os limites e acabam cedendo ao governo (Campos,

2015). Além disso, a influência dos organismos internacionais é bem presente nas políticas educacionais paranaenses.

No que diz respeito ao projeto “Parceiro da Escola”, ficou evidente que se trata de um mecanismo para fortalecer a relação público-privada nas escolas estaduais do Paraná, estratégia esta que coloca em risco a autonomia da escola, já que a empresa contratada fica responsável pela gestão administrativa, financeira e de infraestrutura e, evidentemente, ganham relevância os princípios de eficiência, eficácia e obtenção de resultados, inclusive nas avaliações em larga escala.

É necessário ainda observar que a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED) não divulgou de forma integral e transparente os dados sobre o “Parceiro da Escola”, dificultando o acesso às informações exatas acerca dos resultados do projeto. Por fim, destacamos que este projeto se tornou Programa no dia 04 de junho de 2024 pela aprovação da Lei nº 22.006/2024, cabendo que novas pesquisas e estudos deem continuidade a análise dos impactos dessa política de privatização da gestão escolar.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI/CNPq). A colaboração e as discussões enriquecedoras foram essenciais para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CAMPOS, V. dos S. M. de. **A inserção da esfera privada no âmbito da esfera pública: uma análise da gestão no estado do Paraná no período de 2003 a 2010.** 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava. 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PARANÁ EDUCAÇÃO. **Edital nº 02/2022.** Credenciamento para prestação de serviço de assistência gerencial das unidades escolares do sistema educacional do estado do Paraná – projeto parceiro da escola. 2022. Disponível em: https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/edital_credenciamento_02-2022-preduc.pdf. Acesso em: 26 agosto 2024.

33º Encontro Anual de Iniciação Científica
13º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



10 e 11 de Outubro de 2024

SANTOS, M. S. B.; Moreira, J. A. da S. O financiamento e a gestão da EB: a relação entre o público e o privado. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 333-346, jul./out. 2018.

